

O parentesco dos déficits

Maria Clara R. M. do Prado



Déficit fiscal e déficit externo caminham juntos, lado a lado. Quando um cresce, logo o outro vem atrás.

São tão parelhos que os economistas usam a expressão “déficits gêmeos” para

designar a estreita relação entre os dois.

Não é difícil entender o porquê.

Difícil é saber o que veio primeiro. Como na charada do ovo e da galinha, há dúvidas se é o déficit da conta corrente do balanço de pagamentos que estimula o crescimento do déficit fiscal ou se, ao contrário, este é que contribui para aumentar o buraco das contas externas.

A questão toda tem raiz em uma simples equação econômica.

Se o setor privado e o governo gastarem mais recursos (considerados aqui os investimentos privados e as despesas governamentais) do que a soma da poupança nacional disponível (aqui somadas a poupança privada e a receita que o governo arrecada com a cobrança de impostos), o equilíbrio interno se dá à custa do déficit externo em conta corrente.

Isso porque a economia do País, ao consumir mais do que produz, precisa abastecer-se com bens e serviços vindos de outros países, sob pena de haver um aumento de preços no mercado doméstico.

É a chamada “absorção interna”. Ela se traduz em déficit da balança comercial e em déficit da balança de serviços na contabilidade externa. Significa que os gastos internos estão sendo cobertos pela poupança externa, ou seja, por bens e serviços que deixam de ser consumidos em seus países de origem.

Até aqui, pode-se perceber que o processo faz todo o sentido para um país em desenvolvimento que não conseguiu ainda formar poupança interna suficiente para financiar seu crescimento.

Não é à toa que, antes mesmo do Plano Real, ainda durante a fase de abertura da economia, alguns economistas do governo já tinham clara a idéia de que nada demais haveria se o País passasse a gerar déficits em vez de superávits na balança comercial.

Armínio Fraga Neto, então diretor da área internacional do Banco Central, em 1992, tocou pela primeira vez no tema ao fazer uma apresentação na comissão de economia da Câmara dos Deputados.

Só com a mudança da política cambial, depois do Real, e com maior abertura, é que se tornou possível gerar déficits comerciais. Uma política, portanto, deliberada.

Não se imaginava, no entanto, que o desequilíbrio da balança comercial crescesse tanto em tão pouco tempo. Ele obrigou a um endividamento externo cada vez maior. É preciso arranjar dólares para cobrir o déficit da conta corrente.

Isso também faz crescer a dívida interna. Quando pega dólares no mercado para financiar o desequilíbrio externo, o governo vende títulos do Tesouro Nacional para en-

xugar os reais emitidos a partir da troca dos dólares pela moeda nacional.

Só que paga um alto prêmio por isso. As elevadas taxas de juros internas funcionam como o preço da política de estabilização em um país que não gera poupança suficiente para crescer com as próprias pernas.

É o que se diz. Mas até que ponto isso é verdade?

O que se tem observado nos últimos anos

é, a rigor, uma fome insaciável do governo — federal, estadual e municipal —, de tal ordem que os extraordinários crescimentos registrados na receita federal não dão conta de atender a demanda.

Até parece que é programado: sempre que a receita sobe, as despesas dão um jeito de aumentar ainda mais.

O governo acaba sugando tudo o que encontra, a poupança doméstica e a poupança externa.

A tal “absorção interna”, como se vê, atende no Brasil pelo nome de expansão do consumo do governo, ou despoupança do setor público, ou cres-

cimento cada vez maior do déficit fiscal.

Um levantamento feito pelo Centro de Informações (CI) deste jornal mostra que nos últimos três anos e três meses — de janeiro de 1995 a março de 1998 — o setor público acumulou um déficit nas suas necessidades de financiamento, pelo conceito nominal, que soma o equivalente a US\$ 156,124 bilhões (pela taxa de câmbio média, mensal).

O déficit em conta corrente, acumulado no período, foi de US\$ 82,628 bilhões.

Trata-se, em ambos os casos, de fluxo. Caminharam lado a lado em 1996 e em 1997, com o déficit fiscal equivalendo praticamente ao dobro da deficiência acumulada ao ano na conta corrente.

Em 1995, o governo tomou duras medidas de restrição ao consumo privado, com a crise do México. Mas o ajuste passou longe do setor público: o déficit fiscal acumulado no ano (de US\$ 50,474 bilhões) somou três vezes o déficit da conta corrente (US\$ 17,972 bilhões).

Foi, na verdade, o primeiro ano de grande farra dos gastos públicos depois do Plano Real. Desde então, não pararam de crescer.

Os juros da dívida pública interna respondem em boa parte pelo descontrole. Mas estão longe de explicar uma expansão de 50% ao ano no fluxo do déficit fiscal, depois de já absorvido todo o aumento da receita.

(Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras)

Dívida externa total

(US\$ bilhões - registrada e não-registrada)

Itens	Jan/95	Dez/95	Dez/96	Dez/97
I) Dívida externa total	148	159	178	192
Setor público	87	87	84	94
Setor privado	61	72	94	98
II) Reservas externas	39	52	60	52
III) Dívida total líquida	95	108	118	140
IV) Dívida líquida governo	49	36	24	42
V) Exportações	44	47	48	53
VI) Déficit externo em conta corrente		20,4	24,0	33,8
VII) Dívida líquida/exportação	2,17	2,31	2,49	2,64

Fonte: Bacen e Sobeet/ Fipec